Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

ATA

Ata da 28ª reunião da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

No dia 10 de janeiro de 2024, os membros da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável (CGPLS/TJMMG) estiveram reunidos na sala de reunião do sexto andar do Tribunal para a 28ª reunião ordinária, com a presença de seu presidente, o Exmo. Sr. Desembargador Fernando Armando Ribeiro, e dos servidores membros da comissão Ana Paula Brazileiro Vilar Hermont, Cláudio Márcio Soares de Figueiredo, Iara Rafaela Henriques Nascimento Silva, Lisiane Carvalho Nepomuceno, Maximiniano Félix Lopes, Nara da Silva Carvalho e Thais Fonseca Correa. A servidora Ivana Esperança de Castro Barros esteve ausente por motivo de atividade laboral externa na data.

Aquisição da balança para mensurar a coleta de resíduos

Thais informou que o processo de aquisição já está em andamento e que até o final do mês será liberado.

Lisiane lembrou qual a importância da balança. O peso dos resíduos do TJMMG é informado para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse e outros dados são usados para calcular o índice de desempenho de sustentabilidade (IDS). Portanto, ter um cálculo mais preciso é fator importante para melhorar o IDS. Atualmente os resíduos são enviados para a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável (Asmare), e a associação pesa e envia os dados para o TJMMG. Porém, além de não saber se a pesagem está correta, o TJMMG está recebendo os valores da pesagem com atraso, fazendo com que perca os prazos das datas estipuladas pelo CNJ para enviar os dados. A Asmare disse ainda que os resíduos que estão recebendo não estão sendo separados corretamente na coleta seletiva.

Essas dúvidas justificam a necessidade de ter alguém do TJMMG para separar e pesar os resíduos, o que permitirá a conferência dos resultados que são enviados depois pela Asmare.

Inscrição do Campeonato de Sustentabilidade no Prêmio Juízo Verde

Lisiane explicou que ela e Marco Túlio, do Escritório de Projetos, analisaram o regulamento do Juízo Verde para inscrever o Campeonato de Sustentabilidade no Prêmio. Com a primeira edição em 2023, ele premia ações, projetos inovadores e os tribunais com o melhor IDS. A outorga do prêmio é feita na semana do Meio Ambiente, em junho.

Em 2023, o vencedor foi TRT, cuja proposta foi uma árvore virtual que fazia os setores competirem entre si. O setor que mais economizava água e energia ganhavam folhas.

Lisiane perguntou se todos concordam com a inscrição do prêmio e sugeriu melhorar o IDS, para que o TJMMG possa concorrer nessa categoria também. Todas as informações necessárias para se inscrever já estão separadas.

A Comissão aprovou por unanimidade.

Indicadores que não foram atingidos em 2023 e possíveis ações para 2024

Lisiane explicou que no final do ano deve ser feito e publicado um relatório anual com os indicadores definidos. Dos 23 indicadores escolhidos pelo TJMMG, cinco não atingiram a meta desejada. O primeiro deles foi água envasada em embalagem plástica mineral, cujo indicador sugeria 772 unidades, mas foram usadas 866 durante o ano.

Cláudio perguntou se é contabilizada a água comprada ou liberada pelo Almoxarifado, e sugeriu não liberar tantas unidades.

Max respondeu que é contabilizado o quantitativo liberado pelo Almoxarifado, e explicou que não pode não fazer a aquisição, nem a liberação, porque, por exemplo, se houver um evento externo não pode ser negado o uso de água em embalagem descartável.

Ana Paula sugeriu saber o destino exato da água envasada no Tribunal, para descobrir onde está a maior vazão e, assim, será possível saber se é viável ou não reduzir a meta.

Lisiane sugeriu não alterar a meta, mas buscar estratégias para reduzir o consumo atual. O TJMMG ocupa a posição 88 de 93 tribunais. Ela sugeriu restringir o uso excessivo e perguntou se isso seria possível.

Dr. Fernando Armando comentou que nos carros dos magistrados tem garrafas descartáveis e em sessões são servidos copos de água. Ele optou por usar uma garrafa de uso pessoal. Sugeriu substituir a água envasada por garrafas pessoais para os desembargadores, podendo levá-las nos carros e audiências. Assim seria possível abolir o uso de garrafas descartáveis.

Iara explicou que, por outro lado, essa medida aumentaria o consumo de água envasada em galões para abastecer jarras de garçom e garrafas. Ela disse que os atuais filtros que utilizam água da tubulação não serão suficientes para atender a demanda dos andares.

Lisiane sugeriu substituir os galões retornáveis restantes por filtros de tubulação, para diminuir o consumo de embalagens plásticas.

Ana Paula informou que no Tribunal de Contas de São Paulo, a partir de 1° de dezembro de 2023, ficou vedada para o uso de membros, servidores, estagiários e terceirizados, nas dependências do tribunal, a compra de copos e garrafas de água mineral fabricados com plástico descartável. Foi providenciada a aquisição de recipientes destinados ao consumo de água e sua distribuição para os membros, foi observado a vida útil e possibilidade de reutilização do produto, por fim, disponibilizada nas dependências do tribunal purificadores de água em número suficiente para atender ao público interno.

A Comissão aprovou por unanimidade a abolição de galões e a aquisição de purificadores para fazer a substituição. A sugestão será encaminhada aos setores responsáveis.

Maximiniano perguntou como ficaria o uso de água envasada nos eventos, pois o TJMMG deve ceder a água em casos específicos.

Ana Paula sugeriu restringir, seguindo o exemplo do TJSP, que entende que o uso de água em vasilhame é uma “medida excepcional, desde que justificada”.

A Comissão aprovou a sugestão.

Lisiane perguntou se as garrafas que estarão nos carros serão personalizadas, para que cada desembargador identifique a sua. Perguntou ainda da procedência da água, pois quando envasada ela está lacrada, mas com as garrafas “squeeze” isso não seria possível.

Cláudio sugeriu identificar cada garrafa e deixar apenas um garçom responsável por enchê-las.

Dr. Fernando sugeriu deixar o motorista de cada carro responsável por isso.

Iara sugeriu passar a sugestão da abolição dos copos como uma decisão de alta gestão, para não se ter constrangimentos entre funcionários dos setores de Almoxarifado e autoridades.

Lisiane sugeriu enviar as sugestões separadamente – da adoção da garrafa de água nos carros e da abolição do uso de copos descartáveis - para a Secretaria Especial da Presidência, que se aprovar encaminharia aos setores competentes para a execução.

A Comissão aprovou a sugestão.

Iara perguntou se a meta de água envasada em galão será mantida.

Lisiane respondeu que sim, pois a posição do TJMMG está muito baixa quando comparada com os outros tribunais.

Iara comentou que as propostas precisam ser implementadas rapidamente, pois como dito anteriormente o número de pessoas dentro do TJMMG está aumentando muito. As obras são um dos

fatores que aumentam o consumo e essas pessoas não são consideradas no cálculo, que leva em conta apenas o público interno.

Lisiane analisou a necessidade de mudar ou trazer novas ideias, pois se aumentar a meta, piora a posição do TJMMG no ranking, mas se não aumenta, não atinge a meta interna. Ela lembrou a todos que água pode ser consumida, a questão a ser observada é por onde vem a água, sem em garrafa plástica ou não, e sugeriu colocar um bebedouro exclusivo para a equipe de obras, porque essa fonte entra no indicador de água e esgoto, meta que foi atingida.

Impressões por ano

Lisiane pediu a atenção à meta de impressões por ano definida para 2023. A meta era de 104 mil impressões, mas foram feitas 116 mil. Sobre gastos com papel per capta, o TJMMG teve um aumento de 88,28%. O gasto com água aumentou 14,04%. Esses foram os piores indicadores de 2023.

Iara disse que já entrou em contato com o setor de Informática, que intermedia o contato com a empresa responsável pelas impressoras, para tratar da questão da impressão mediante senha, e está esperando uma resposta a respeito da questão.

Lisiane respondeu que essa ação pode ajudar a diminuir o consumo de papel e está atrasada no plano de estratégia traçado anteriormente. Ela perguntou se alguém tem outra sugestão.

Maximiniano lembrou que está ocorrendo a chegada de mais servidores, o que consequentemente aumentará o número de impressões.

Lisiane informou que no indicador interno foi proposto o número de impressões, porém no IDS é medido o gasto de papel per capta, não o consumo. Todo papel comprado, mesmo não utilizado, conta no cálculo do IDS. Ela ainda lembrou que talvez o aumento de 88,28% nos gastos de papel pode nem ter sido utilizado.

Ana Paula sugeriu comprar menos papel, considerando que tenha sobrado do ano anterior.

Iara perguntou se é considerado o papel comprado no ano e dividido pelo número de pessoas, e justifica o aumento com a não compra no ano de 2021, visto que o papel é comprado em anos alternados.

Maximiniano lembrou que provavelmente os papéis de 2021 eram uma sobra do que não foi utilizado na pandemia.

Lisiane retornou ao fato de o TJMMG estar imprimindo mais do que a meta, já que impressões é um dado que está sendo monitorado. Ela explicou que alguns indicadores são internos e nem todos eles são escolhidos para o cálculo do IDS. Ela respondeu que se baseou na meta que foi definida e lembrou ainda que foram considerados os dados de 2019 para a definição da meta atual. Os dados dos anos de pandemia foram desconsiderados.

Ana Paula sugeriu conscientizar todos sobre os gastos de papel por meio de campanhas educativas específicas com setores que estão imprimindo mais.

A Comissão aprovou a sugestão.

Gasto em reais por m² em limpeza

Lisiane informou que foi definida a meta de R$6,8 e foi gasto R$7,2 por metro quadrado. Ela sugeriu mudar a meta, pois não se tem muito controle sobre esse valor. Pode ser mudado o número ou avaliar outra questão na limpeza.

Cláudio sugeriu avaliar os materiais utilizados para a limpeza.

Iara argumentou que o contrato financeiro atual para esse contrato já é o mais baixo implementado e não vê como reduzir mais o consumo.

Lisiane considerou pequena a diferença do valor esperado pela meta e o valor atual.

Iara perguntou se seria mantida a meta e lembrou do reajuste contratual anual, o que pode aumentar a meta. Ela respondeu que o reajuste se baseia, no caso da aquisição dos materiais de limpeza, pelo

IPCA, mas há impacto de outros índices, como o valor do reajuste de mão de obra. Ela informou que contratos do setor de limpeza são atualizados no primeiro semestre, sempre válidos para 12 meses.

Lisiane sugeriu pensar em estratégias e trazer posteriormente, entre fazer o cálculo de acordo com o reajuste anual ou achar uma outra meta relacionada à limpeza. Ela deixou aberto para todos os integrantes trazerem outras ideias e buscar estratégias em outros tribunais, algo que não obteve sucesso anteriormente, mas, talvez, já exista algum indicador de limpeza que seja mais coerente para ser aplicado no TJMMG. Ela informou que o CNJ regulamentou um indicador relacionado à limpeza, mas que não sugere exemplos. Ela disse ainda que vai procurar, pois isso pode ter mudado.

Combustível por litro

Lisiane informou que a meta do indicador era de 11.900 litros e foram gastos 13.995 litros. Ela perguntou se alguém tem sugestões para a redução.

Dr. Fernando perguntou se a meta sugerida por ele anteriormente, de curso de direção defensiva para os motoristas, foi implementada.

Lisiane respondeu que foi adicionada no Plano de Capacitações, mas ainda não foi implementada. Ela lembrou que as capacitações do ano de 2023 ficaram atrasadas por conta de falta de verba. Ela sugere tentar a proposta do curso para motoristas em 2024.

Redistribuição das ações que o Cláudio realizava entre os membros da Comissão

Cláudio sugere começar o Campeonato de Sustentabilidade de 2024 mais cedo, pois é um meio diferente de conscientizar todos e ajuda a alcançar metas.

Lisiane informou que sobraram algumas ações do Cláudio dentro da comissão e gostaria de redistribuí-las. Ela vai encaminhar a planilha para que os membros olhem as ações e escolham com qual querem ficar.

Processo de aquisição de copos personalizados e lixeiras

Thais informou que o setor de compras está retomando os processos pequenos. Ela precisa conferir se ainda há a necessidade de comprar e manter a quantidade de lixeiras e copos personalizados pedidos em um processo anterior do PLS, pois irá refazer o processo para fazer a compra.

Nara disse que é preciso refazer o cálculo, necessitando de mais copos para atender a entrada dos novos juízes e respectivas equipes.

Thais falou sobre a necessidade de certificar o valor dos objetos sempre que for aberto um Plano Anual de Contratações (PAC), pois a diferença de valores para fazer a compra estava muito grande do valor entregue nos estudos preliminares. O valor das lixeiras duplas na cotação, por exemplo, estava R$100 mil a mais do que o valor estipulado nos estudos preliminares.

Lisiane explicou que os valores foram pegos na internet é não sabe o motivo da alta do preço.

Thais acredita que provavelmente foi cotado outro modelo do que o aprovado em reunião.

Ações em atraso

Lisiane informou que 28 ações estão em atraso e 5 dessas ações fazem parte do plano estratégico, publicadas no site. São elas: controle de consumo de impressoras, lâmpadas de LED, guia de contratação sustentável, temas da campanha de sustentabilidade para a TV institucional e viabilidade de implementação de atividade laboral.

Campanhas das Cores

Nara perguntou qual das campanhas disponíveis será a escolhida para fevereiro. A cor roxa, usada no ano passado, trata do Lúpus, Mal de Alzheimer e Fibromialgia. Já a cor laranja trata de leucemia. Ainda é possível unir as duas campanhas.

A Comissão aprovou a sugestão de unir as campanhas.

Nara comentou que para definir o calendário das palestras para o ano é preciso definir as campanhas com antecedência.

Lisiane perguntou se serão seis palestras e 12 campanhas, como foi feito no ano passado.

Nara esclareceu que em 2023 já não foram feitas seis palestras.

Curso de Contratações Sustentáveis

Thais perguntou sobre quem são as pessoas indicadas para fazer o curso de Contratações Sustentáveis, que ocorrerá nos dias 23 e 24 de janeiro.

Lisiane respondeu que, de acordo com guia elaborado por Max e Thaís, foi pedido o treinamento para o setor de licitações e compras.

Iara sugeriu que o curso deve ser para todos que trabalham no planejamento de contratações, não apenas para o setor de licitações.

Processos abertos em atraso

Thais disse que tem uma ação sob sua responsabilidade em atraso relacionada a processos abertos para a administração que estão sem resposta e não sabe como resolver. É sobre o checklist mensal dos banheiros, acerca do vazamento de água.

Dr. Fernando Armando pediu para que a questão seja enviada por e-mail ou WhatsApp para ele, que será resolvido.

Ginástica Laboral

Dr. Fernando Armando perguntou se ginástica laboral foi baseada na pesquisa de qualidade de vida.

Lisiane respondeu que sim, 27 pessoas responderam à pesquisa e, em uma das perguntas, três citaram que gostariam de ter ginástica laboral. A questão não havia sido abordada diretamente na pesquisa. Ela sugeriu, então, fazer uma nova pesquisa perguntando diretamente sobre o interesse de todos em fazer ginastica laboral.

A Comissão aprovou a proposta.

Indicadores de equidade, diversidade e inclusão

Lisiane informou que Marco Túlio, do Escritório Corporativo de Projetos, esteve analisando as resoluções e passou para Lisiane que é preciso estabelecer indicadores relativos à equidade, diversidade e inclusão. Mas, apesar de estar no texto da resolução, este indicador não está no anexo da mesma.

Lisiane introduziu o assunto, mas o tema ficou para ser discutido na próxima reunião da Comissão.

Resumo das Decisões da Reunião e Responsáveis:

Decisão 1/ 28ª Reunião: Inscrição do Campeonato de Sustentabilidade no Prêmio Juízo Verde Lisiane

Decisão 2/ 28ª Reunião: Encaminhar à Secretaria Especial da Presidência as sugestões de abolir galões e adquirir purificadores de água, de adotar o uso de garrafa nos carros dos magistrados, de disponibilizar bebedouros exclusivos para a equipe de obras, e de abolir o uso de copos descartáveis. Lisiane

Decisão 3/ 28ª Reunião: Criar campanhas de conscientização do gasto de papel. Sem membro definido.

Decisão 4/ 28ª Reunião: Reunir sugestões sobre como refazer o cálculo do índice da limpeza ou achar uma nova meta que possa ser adaptada ao TJMMG. Todos os membros.

Decisão 5/ 28ª Reunião: Verificar junto à EJM a realização do curso de direção defensiva para motoristas. Lisiane

Decisão 6/ 28ª Reunião: Encaminhar a planilha de ações remanescentes do Cláudio para que os membros escolham com quais querem ficar. Lisiane

Decisão 7/ 28ª Reunião: Fazer as atualizações necessárias para a retomada do processo de aquisição de lixeiras e copos personalizados. Thais

Decisão 8/ 28ª Reunião: Enviar ao Dr. Fernando as ações em atraso relacionadas ao checklist mensal dos banheiros, para encaminhamento junto à secretaria especial da presidência. Thais

Decisão 9/ 28ª Reunião: Fazer nova pesquisa específica sobre ginástica laboral. Lisiane

Decisão 10/ 28ª Reunião: Apresentar mais detalhes sobre os indicadores relacionados à equidade, diversidade e inclusão. Lisiane

Sem nada mais na pauta a ser discutida, a reunião foi encerrada.

A presente ata foi redigida por Ivana Esperança de Castro Barros, e assinada pelo desembargador Fernando Armando Ribeiro, presidente da Comissão.

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JOSÉ ARMANDO RIBEIRO**, **Desembargador Civil do TJMMG**, em 25/03/2024, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjmmg.jus.br/servicos informando o código verificador **0297003** e o código CRC **549503D6**.

22.0.000000740-8 0297003v6

Rua Tomaz Gonzaga - Bairro Lourdes
CEP 30310-140 - Belo Horizonte - MG